

Há males que vêm para o bem?

HOLTZ, Abel. "Há males que vêm para o bem?". Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2017.

A esta altura, ao fazer o ponto vendo o noticiário diário na imprensa quanto a fatos em averiguação pelos agentes de direito, estamos sendo levados a não perceber a "sorte" da retração econômica que estamos presenciando posto que, quando observamos com maior acuidade a retração hídrica que os reservatórios das nossas atuais hidrelétricas experimentam podemos imaginar o caos que estaríamos vivendo se a retração não estivesse ocorrendo.

Como afirmam o quadro de retração deverá mudar e que o crescimento econômico se instalará em plenitude nos próximos meses e anos. Neste momento, somos obrigados a dedicar atenção e a observar, dia após dia, que a afluência hídrica nas bacias dos nossos rios onde as nossas hidrelétricas estão instaladas somente diminuem. Na bacia do São Francisco, por exemplo, já passamos do limite, na do Sudeste e do Norte vemos um declínio, que ainda é menor que na bacia do Sul, que no momento é a que detém maior reserva, mas que poderá ser declinante.

Parece que o regime hidrológico continuará afetando as hidrelétricas por algum tempo e, neste caso, a geração possível de realizar será distinta daquela que estão comprometidas contratualmente a disponibilizar e aí mais uma vez, novos custos lhes serão imputados as atuais e sinalizando aos investidores o problema que inibirá a construção de novos projetos ou aumentará significativamente o preço da energia nos leilões para enfrentar o risco.

Sem ufanismo quanto ao atendimento da carga em energia elétrica que o sistema demanda por fontes complementares, com suas características intrínsecas, certamente se não nos encontrássemos em retração estaríamos sofrendo apagões ou gerando com mais intensidade as térmicas a diesel e óleo combustível para atender a necessidade do Sistema Interligado a custos bastantes incômodos, posto que as termelétricas a gás natural são poucas e não operam ainda na base o que não lhes permite oferecer preços mais competitivos.

Independentemente de ajustes do modelo em discussão, da solução dos inúmeros "esqueletos" ou de privatização de empresas estatais, urge que encaremos a necessidade de construir as hidrelétricas possíveis com os reservatórios máximos que as restrições socioambientais venham acordar para que nos próximos anos tenhamos certa tranquilidade quanto ao atendimento da demanda por energia elétrica que nossa economia venha exigir sem que venhamos a usar os combustíveis fosseis com intensidade, lembrando sempre que elas é que podem ser a reserva do sistema.

Neste contexto parece-nos que a limitada construção de algumas hidrelétricas de porte médio como se propugna estarem previstas no escopo do PDE 2026, mesmo que de valor, deveria ser repensada a retomada dos projetos de São Luiz dos Tapajós e Tabajaras concentrando esforços para solução dos entraves levantados e que fosse dedicada maior atenção à integração com a Bolívia, que objetiva construir

e exportar 7.000 MW de energia elétrica e o mercado natural para o seu consumo é o Brasil, com a construção da binacional do Madeira, com a continuidade do complexo Panambi / Garabi com os nossos vizinhos parceiros e não se descuidando obter a continuidade na recepção da cota parte do Paraguai na Itaipu Binacional com negociações adequadas à nova realidade que se impõe nos tempos atuais com a meta de exercitar o “ganha, ganha”.